



FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMERICANA "MINISTRO RALPH BIASI"
Curso Superior De Tecnologia em Produção Têxtil

WILLIAM JOSÉ ROCHA

O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SETOR TÊXTIL:
CONSEQUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL

AMERICANA, SP
2025

WILLIAM JOSÉ ROCHA

O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SETOR TÊXTIL:
CONSEQUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido em cumprimento à exigência curricular do Curso Superior de Tecnologia em Produção Têxtil no CEETEPS / Faculdade de Tecnologia – FATEC/ Americana – Ministro Ralph Biasi.

Área de concentração: História da Indústria Têxtil

Orientador: Prof. Dr. Daives Arakem Bergamasco

AMERICANA, SP
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA – Biblioteca Fatec Americana
Ministro Ralph Biasi- CEETEPS Dados Internacionais de
Catalogação-na-fonte**

WILLIAM , josé rocha

O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SETOR
TÊXTIL: CONSEQUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL . / josé
rocha William – Americana, 2025.

60f.

Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Produção
Têxtil) - - Faculdade de Tecnologia de Americana Ministro Ralph
Biasi – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Orientador: Prof. Dr. Arakem Bergamasco Daives

1. História - Brasil 2. Indústria têxtil – história 3. Literatura. I.
WILLIAM , josé rocha II. DAIVES, Arakem Bergamasco III. Centro
Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Faculdade de
Tecnologia de Americana Ministro Ralph Biasi

CDU: 981

677:93

82

Elaborada pelo autor por meio de sistema automático gerador de
ficha catalográfica da Fatec de Americana Ministro Ralph Biasi.

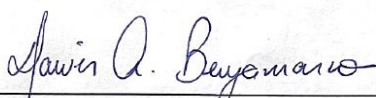
William José Rocha

**IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO SETOR TÊXTIL:
CONSEQUÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL**

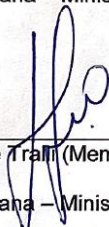
Trabalho de graduação apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Produção têxtil pelo Centro Paula Souza – Faculdade de Tecnologia de Americana – Ministro Ralph Biasi.
Área de concentração: Química têxtil

Americana, 02 de dezembro de 2025

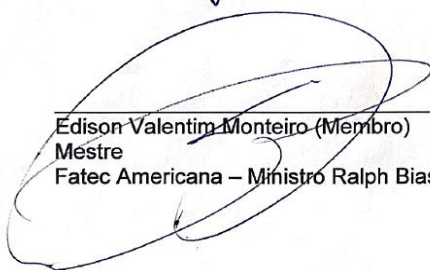
Banca Examinadora:



Daives Arakem Bergamasco (Presidente)
Doutor
Fatec Americana – Ministro Ralph Biasi



Valdecir José Tralli (Membro)
Mestre
Fatec Americana – Ministro Ralph Biasi



Edison Valentin Monteiro (Membro)
Mestre
Fatec Americana – Ministro Ralph Biasi

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também o resultado de um percurso marcado por desafios, aprendizados e muitas contribuições valiosas. Por isso, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que fizeram parte dessa jornada.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela sabedoria, força e perseverança concedidas ao longo deste processo.

Aos meus familiares, que sempre acreditaram em mim e me ofereceram apoio incondicional. Agradeço especialmente à minha namorada, pela paciência, compreensão e apoio emocional nos momentos mais intensos deste trabalho. Seu incentivo foi fundamental para que eu continuasse firme até o fim.

Agradeço também ao meu orientador, Daives Arakem Bergamasco, pela dedicação, pela disponibilidade constante e pelas contribuições essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Suas orientações ampliaram minha visão crítica e foram determinantes em cada etapa da pesquisa.

Aos professores do curso de Produção Têxtil, manifesto meu reconhecimento pelo conhecimento transmitido, pela motivação e por todo o comprometimento demonstrado ao longo da minha formação.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas e amigos que fizeram parte desta caminhada. Seja através de conversas, trocas de ideias ou apoio nos momentos difíceis, cada um contribuiu de forma única para que este trabalho se tornasse possível.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a construção deste TCC. Cada gesto, palavra e incentivo foram fundamentais.

**“Um livro é a prova de que os seres humanos são capazes de fazer magia.”
— Carl Sagan, Cosmos (1980)**

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga o impacto da Segunda Guerra Mundial no setor têxtil brasileiro, tendo como objetivo central compreender por que a indústria têxtil, apesar de experimentar um período de expansão econômica durante a guerra, não conseguiu sustentar sua competitividade internacional no pós-guerra. A metodologia adotada combina análise abrangente de fontes primárias, incluindo jornais, documentos governamentais e relatórios industriais, com uma revisão sistemática da literatura científica e uma abordagem histórica comparativa, permitindo identificar tanto os fatores estruturais quanto os conjunturais que moldaram a trajetória do setor ao longo do período estudado (1800-1970). Os resultados revelam que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a indústria têxtil brasileira vivenciou um boom exportador com aumento significativo da produção, especialmente durante a vigência do Acordo Têxtil de 1943, porém esse crescimento foi acompanhado pela negligência da qualidade, insuficiência de reinvestimento tecnológico, controle governamental de preços e foco excessivo em lucros de curto prazo. No período pós-guerra (1946-1970), a indústria enfrentou declínio acentuado de competitividade, obsolescência tecnológica, falta de investimentos adequados, disparidades regionais entre Sudeste e Nordeste, competição com fibras sintéticas e crises econômicas que culminaram em 1960. As conclusões indicam que os objetivos propostos foram atingidos, identificando que as causas do declínio pós-guerra se enraizavam não apenas nas circunstâncias temporárias da guerra, mas em decisões estratégicas inadequadas durante esse período crítico, ausência de inovação tecnológica e falhas nas políticas públicas de apoio industrial, demonstrando como eventos globais, quando mal aproveitados, podem resultar em retrocesso econômico para setores inicialmente beneficiados.

Palavras-chave: Indústria Têxtil Brasileira, Segunda Guerra Mundial e Competitividade Internacional

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates the impact of World War II on the Brazilian textile industry, with the central objective of understanding why the textile sector, despite experiencing a period of economic expansion during the war, failed to sustain its international competitiveness in the postwar period. The methodology adopted combines comprehensive analysis of primary sources, including newspapers, governmental documents, and industrial reports, with a systematic review of scientific literature and a comparative historical approach, thereby enabling the identification of both structural and conjunctural factors that shaped the sector's trajectory throughout the studied period (1800-1970). The findings reveal that during World War II (1939-1945), the Brazilian textile industry experienced an export boom with significant production increases, particularly during the validity of the 1943 Textile Agreement; however, this growth was accompanied by neglect of quality standards, insufficient technological reinvestment, governmental price controls, and excessive focus on short-term profits. In the postwar period (1946-1970), the industry faced pronounced decline in competitiveness, technological obsolescence, inadequate investment levels, regional disparities between the Southeast and Northeast regions, competition from synthetic fibers, and economic crises that culminated in 1960. The conclusions indicate that the proposed objectives were achieved, identifying that the causes of postwar decline were rooted not merely in the temporary circumstances of war, but in inadequate strategic decisions during this critical period, absence of technological innovation, and failures in public policies supporting industrial development, thereby demonstrating how global events, when poorly capitalized upon, may result in economic regression for sectors initially benefited.

Keywords: Brazilian Textile Industry, World War II, International Competitiveness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hitler e seus oficiais após a rápida invasão alemã no território francês.....	19
Figura 2: Soldado Pracinha Francisco de Paula segurando um cartucho de artilharia onde se lê “a cobra está fumando”	22
Figura 3: Relação entre dividendos e bônus ao capital em dezenove fábricas de algodão brasileiras, 1943.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1	O EXPANSIONISMO NAZISTA E O COLAPSO DA ORDEM INTERNACIONAL 14	
2.2	A QUEDA DA POLÔNIA E O ESTOPIM PARA UMA GUERRA.....	17
2.3	A DOMINAÇÃO ALEMÃ SOB GRANDE PARTE DA EUROPA.....	18
2.4	PEARL HARBOR.....	19
2.5	OS BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA.....	21
3	DESENVOLVIMENTO	23
3.1	O BRASIL TÊXTIL ANTES DA GUERRA 1800-1850	23
3.2	ANOS DOURADOS 1900-1929.....	26
3.3	ERA VARGAS 1930-1938	30
3.4	A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1939-1945	32
3.5	PÓS GUERRA 1946-1970.....	34
4	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da industrialização brasileira no século XX é um campo fértil para a investigação histórica e econômica, e dentro deste panorama, a indústria têxtil emerge como um dos seus pilares fundamentais e mais antigos. Este trabalho se propõe a desvendar as complexas dinâmicas que moldaram o setor têxtil no Brasil, abrangendo um período extenso que se inicia com os primeiros esforços de desenvolvimento industrial no século XIX e se estende até as transformações estruturais da segunda metade do século XX, especificamente entre 1800 e 1970. Particularmente, o estudo foca na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como um divisor de águas, um momento de profunda reconfiguração que, embora tenha gerado um impulso sem precedentes, paradoxalmente, também expôs as fragilidades estruturais e as limitações inerentes ao modelo de desenvolvimento da indústria nacional. Para uma compreensão abrangente, a análise percorre distintos períodos: o pré-guerra (1800-1850), caracterizado por um desenvolvimento incipiente e obstáculos diversos; os "anos dourados" (1900-1929), período de significativa expansão e consolidação; a Era Vargas (1930-1938), que representou um momento de forte intervenção estatal e aliança com o capital industrial; o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), momento de auge produtivo e exportador; e o pós-guerra (1946-1970), fase em que as oportunidades conjunturais se esvaíram e os desafios estruturais se acentuaram.

Nesse contexto, o problema de pesquisa central deste estudo reside em compreender como e por que, apesar do extraordinário crescimento e da expansão da produção e exportação durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria têxtil brasileira não conseguiu sustentar sua competitividade internacional no período pós-guerra, entrando em uma fase de estagnação e declínio relativo. A questão que se impõe é: quais foram os fatores estruturais e conjunturais que, mesmo em um cenário de boom econômico impulsionado pela guerra, predispueram o setor têxtil brasileiro a uma perda de dinamismo e competitividade no cenário global subsequente ao conflito?

Para responder a essa indagação, o objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto da Segunda Guerra Mundial na indústria têxtil brasileira, considerando suas consequências estruturais e as transformações de longo prazo que delinearam o seu destino. De forma mais específica, os objetivos que guiam esta pesquisa são: (a) examinar o desenvolvimento histórico da indústria têxtil brasileira anterior à guerra,

identificando as bases sobre as quais o setor se estabeleceu e cresceu; (b) analisar o comportamento da indústria têxtil durante o período de 1939-1945, detalhando os aspectos de produção, exportação, as políticas governamentais implementadas e as oportunidades criadas pelo cenário de guerra; (c) investigar os desafios e transformações enfrentados pela indústria no período pós-guerra (1946-1970), avaliando as mudanças na demanda, na concorrência internacional e nas condições internas; (d) identificar os fatores estruturais que limitaram a modernização e a competitividade internacional da indústria após o conflito, como a falta de reinvestimento, a baixa produtividade e a obsolescência tecnológica; e (e) avaliar as disparidades regionais da indústria têxtil, analisando os contrastes entre o desenvolvimento do Sudeste e a situação do Nordeste, e como essas diferenças influenciaram o desempenho geral do setor.

A relevância deste estudo justifica-se em múltiplas dimensões. Primeiramente, a indústria têxtil representou, durante boa parte do século XX, um dos mais importantes pilares da industrialização brasileira, sendo fundamental para a geração de empregos, a formação de capital e a diversificação da economia. Uma compreensão aprofundada de sua evolução e desafios contribui significativamente para o conhecimento da história econômica do Brasil. Em segundo lugar, a pesquisa oferece uma perspectiva valiosa sobre como oportunidades conjunturais, como as geradas por um conflito global, podem, em vez de consolidar um avanço, acentuar fragilidades estruturais preexistentes em um setor produtivo. Este insight é crucial para a formulação de políticas industriais eficazes no presente. Além disso, o trabalho fornece um panorama histórico essencial para entender os debates atuais sobre desenvolvimento econômico, política industrial, competitividade e os desafios da modernização tecnológica no contexto brasileiro, destacando a importância do planejamento de longo prazo e do investimento contínuo em inovação.

Para a concretização desta pesquisa, a metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu literatura especializada sobre a história econômica do Brasil, o desenvolvimento da indústria têxtil e os impactos de grandes conflitos globais. Adicionalmente, procedeu-se à análise de fontes primárias, como jornais da época, documentos governamentais, relatórios setoriais e dados econômicos e estatísticos de produção, exportação e distribuição de dividendos das empresas têxteis, visando reconstruir o cenário macroeconômico e microeconômico

do período. A abordagem histórica comparativa permitiu confrontar os diferentes estágios de desenvolvimento da indústria, identificar pontos de inflexão e analisar as causas e consequências das transformações.

A estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: após esta introdução, o segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica e a revisão da literatura pertinente, contextualizando os conceitos e abordagens que sustentam a análise. O desenvolvimento histórico é dividido em quatro capítulos subsequentes, cada um dedicado a um período específico: o primeiro aborda o cenário pré-guerra e os primórdios da industrialização têxtil (1800-1850 e 1900-1929); o segundo examina a Era Vargas e a preparação para o conflito (1930-1938); o terceiro explora em detalhe o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), destacando o boom produtivo e exportador; e o quarto discute o período pós-guerra (1946-1970) e os desafios da perda de competitividade. Finalmente, as conclusões sintetizam os principais achados da pesquisa, respondendo ao problema central e apresentando as implicações da análise para a compreensão da indústria têxtil brasileira e da sua relação com o desenvolvimento econômico nacional, seguido das referências bibliográficas utilizadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O EXPANSIONISMO NAZISTA E O COLAPSO DA ORDEM INTERNACIONAL

Os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial deixaram os principais países vitoriosos da Europa, como França e Inglaterra, enfraquecidos e determinados a evitar, a qualquer custo, uma nova guerra. Já os Estados Unidos, após desempenharem um papel decisivo na derrota da Alemanha, decidiram se afastar dos problemas europeus, que viam como reflexo de um continente antigo, corrompido e violento.

No centro da Europa, as novas fronteiras impostas pelo Tratado de Versalhes geraram instabilidade e miséria. Oficiais do antigo Império Austro-Húngaro, antes respeitados, enfrentavam agora o desemprego e a pobreza. Na Alemanha, a derrota repentina causou um profundo sentimento de injustiça e perplexidade entre os militares, especialmente porque até meados de 1918 seus exércitos pareciam invencíveis. Muitos passaram a acreditar numa teoria conspiratória: a de que a Alemanha havia sido traída internamente por judeus e comunistas, a chamada “lenda do apunhalamento pelas costas”, quando, na verdade, a principal causa da revolta interna foi o cansaço da população diante da fome e da guerra prolongada.

A situação piorou com a hiperinflação entre 1923 e 1924, que abalou a confiança da classe média e gerou um sentimento de humilhação nacional. O ressentimento crescia, e muitos nacionalistas passaram a sonhar com a reversão das punições impostas pelo Tratado de Versalhes, como a responsabilidade pela guerra, redução de território, exército reduzido e reparações de guerra. Apesar de uma breve recuperação econômica na segunda metade da década de 1920, sustentada por empréstimos dos Estados Unidos, a crise econômica mundial iniciada em 1929 afetou duramente a Alemanha. O colapso financeiro e o desemprego em massa criaram o ambiente ideal para a ascensão de líderes radicais com promessas de soluções simples e autoritárias.

A crise do capitalismo acabou enfraquecendo também a democracia liberal, especialmente na Europa, onde os sistemas parlamentares se mostraram ineficazes para lidar com os conflitos sociais. Os antigos impérios, que antes mantinham certa estabilidade entre grupos étnicos, deram lugar a regimes nacionalistas que pregavam a exclusão e a pureza racial. Ao mesmo tempo, o medo das revoluções e guerras civis

que ocorriam em diversos países (como Rússia, Hungria, Finlândia e Alemanha) aumentava a polarização política.

Esse clima de medo e ódio acabou alimentando discursos extremistas, tanto da direita quanto da esquerda. Em muitos casos, a violência passou a ser vista como um caminho legítimo para a transformação social. Ex-combatentes da Primeira Guerra e intelectuais passaram a considerar o autoritarismo como a única saída possível diante da crise. Assim, em vários países europeus, a democracia cedeu espaço para regimes autoritários que prometiam ordem, estabilidade e recuperação nacional (BEEVOR, 2012, p. 13-15).

O crescimento do Partido Nacional-Socialista na Alemanha, a partir de setembro de 1930, representou um marco crucial na ascensão de Adolf Hitler ao poder e na consequente destruição da República de Weimar. Inicialmente subestimado pela direita conservadora alemã, Hitler foi visto como uma marionete manipulável, mas rapidamente demonstrou seu controle absoluto sobre o movimento. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler e, em questão de meses, consolidou sua autoridade, eliminando qualquer oposição interna.

A ascensão de Hitler foi alimentada pelo desespero de uma população alemã que buscava estabilidade após os horrores da Primeira Guerra Mundial e a humilhação do Tratado de Versalhes. Hitler soube explorar ressentimentos sociais, intolerância e um profundo sentimento de superioridade racial. A insistência do líder nazista em subverter o sistema jurídico, transformando-o em um instrumento da sua ideologia, minou as bases da democracia na Alemanha, colocando as instituições públicas e a sociedade a serviço de um regime autoritário.

O processo de rearmamento da Alemanha, que teve início em 1935 com a reintrodução do alistamento compulsório e a criação da Luftwaffe (força aérea do regime nazista) foi amplamente aceito pela Inglaterra e pela França, que optaram por não reagir de forma efetiva à violação dos tratados de paz. A reocupação da Renânia em 1936 e a anexação da Áustria em 1938 são exemplos do crescente expansionismo de Hitler, que não apenas restaurou o orgulho nacional, mas também buscou conquistar territórios para assegurar a autossuficiência da Alemanha, especialmente em relação à produção de alimentos e petróleo.

A perseguição aos judeus foi um dos pilares da política interna nazista, inicialmente com o objetivo de marginalizar e expulsar a população judaica, antes de

evoluir para o genocídio com a "Solução Final". Essa política foi impulsionada principalmente pelos próprios membros do Partido Nazista, mais do que por pressões externas. A construção do Lebensraum, ideologia que visava a expansão territorial alemã para o leste da Europa e a agressão à União Soviética foram estratégias centrais na visão de Hitler para estabelecer a supremacia alemã na Europa.

Além disso, o apoio de Hitler ao nacionalismo espanhol durante a Guerra Civil de 1936 e o Pacto Anti-Comintern (objetivo formal de combater a ameaça Internacional Comunista) com o Japão evidenciaram suas intenções de formar uma aliança com outras potências autoritárias, visando a futura guerra contra o bloco soviético. No entanto, sua diplomacia foi mal interpretada pelas potências ocidentais, especialmente pelo governo britânico de Neville Chamberlain, que acreditava que a concessão de territórios aos nazistas garantiria a paz, como evidenciado pelo Acordo de Munique de 1938.

A invasão da Tchecoslováquia em 1939, violando os acordos de Munique, revelou a verdadeira natureza expansionista de Hitler e a falência das políticas de apaziguamento das democracias ocidentais. A reação britânica, apesar de tardia, foi um reflexo de um despertar gradual sobre as reais intenções do regime nazista. Em 30 de janeiro de 1939, Hitler profetizou o extermínio da população judaica da Europa, uma premonição que se concretizaria com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, no contexto de um ciclo de vingança contra as potências ocidentais, especialmente após o fracasso do Tratado de Versalhes (BEEVOR, 2012, p. 15-27).

A Segunda Guerra Mundial foi um dos conflitos mais destrutivos da história, resultando na morte de mais de 46 milhões de pessoas, entre civis e militares. Muitos desses indivíduos perderam a vida de forma extremamente cruel, durante os 2.174 dias de guerra que se iniciaram com a invasão da Polônia pela Alemanha, em setembro de 1939, e terminaram com a rendição do Japão, em agosto de 1945.

A maior parte das vítimas era composta por pessoas comuns, cujos nomes e histórias desapareceram junto com elas, conhecidas apenas por suas famílias e amigos. Em muitos casos, até mesmo aqueles que poderiam manter viva as memórias dessas pessoas também foram mortos, fazendo com que suas existências fossem completamente apagadas da história.

Mais do que números, essas mortes representam a destruição de futuros inteiros: vidas que carregavam sonhos, conhecimentos, criatividade, amor,

esperanças e experiências que jamais seriam passadas adiante. Foi perdida não apenas a vida presente, mas também todo o potencial que essas pessoas poderiam ter legado às futuras gerações (GILBERT, 2014, p. 3).

2.2 A QUEDA DA POLÔNIA E O ESTOPIM PARA UMA GUERRA

Na madrugada de 1º de setembro de 1939, a Alemanha nazista iniciou a invasão da Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial. O ataque foi cuidadosamente planejado: a Luftwaffe (força aérea) bombardeou alvos estratégicos enquanto divisões blindadas e motorizadas avançavam rapidamente em várias frentes. A Polônia, mal equipada e com dificuldades de mobilização, não conseguiu resistir de forma eficaz.

A ofensiva alemã ficou marcada pelo uso da Blitzkrieg (“guerra-relâmpago”), que combinava ataques aéreos e movimentação rápida de tanques e infantaria para cercar e desarticular o inimigo. No mesmo período, em 17 de setembro, a União Soviética também invadiu a Polônia pelo Leste, cumprindo o protocolo secreto do Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado entre Hitler e Stalin. Assim, o país foi dividido entre os dois regimes totalitários. As consequências foram devastadoras. Estima-se que cerca de 70 mil soldados poloneses tenham morrido, enquanto centenas de milhares foram feitos prisioneiros. Civis também sofreram brutalmente: execuções em massa, destruição de vilas e perseguições sistemáticas contra judeus e elites polonesas. O terror foi conduzido principalmente pelas SS e pelos Einsatzgruppen (esquadrão da morte). No lado soviético, o NKVD (polícia política de Stalin) também perseguiu líderes políticos, militares e intelectuais poloneses, deportando milhares para campos de trabalho no interior da URSS. Apesar das garantias de apoio da França e da Grã-Bretanha, a ajuda não veio de forma efetiva. Os Aliados declararam guerra à Alemanha em 3 de setembro, mas não lançaram ofensivas significativas, episódio que ficou conhecido como a “Guerra de Mentira”. Isolada, a Polônia foi derrotada em poucas semanas, sua capital, Varsóvia, caiu no início de outubro de 1939. A invasão marcou não apenas o início formal do conflito mundial, mas também serviu como ensaio das políticas de terror e limpeza étnica que seriam aplicadas em larga escala nos anos seguintes, incluindo a perseguição aos judeus, a repressão às elites locais e a reorganização forçada da sociedade segundo os interesses nazistas e soviéticos (BEEVOR, 2012, p. 46-73).

2.3 A DOMINAÇÃO ALEMÃ SOB GRANDE PARTE DA EUROPA

No início de 1940, a Alemanha nazista ainda definia sua estratégia para a Europa Ocidental. Inicialmente, Hitler desejava atacar França e Países Baixos já em novembro de 1939, mas condições meteorológicas adversas e a falta de material bélico adiaram os planos. Paralelamente, surgiu a proposta de expandir a guerra para a Escandinávia, motivada pela necessidade de assegurar o fornecimento de minério de ferro sueco, vital para a indústria bélica alemã, e de controlar pontos estratégicos contra a Marinha Real britânica. Assim, em 9 de abril de 1940, teve início a Operação Weserübung, que consistia na invasão simultânea da Noruega e Dinamarca. A Dinamarca, militarmente enfraquecida, foi rapidamente ocupada. Já a Noruega ofereceu maior resistência, principalmente em Narvik e Oslo, contando ainda com auxílio de tropas britânicas, francesas e polonesas. Contudo, a superioridade aérea da Luftwaffe e os erros estratégicos aliados determinaram a vitória alemã. Apesar do êxito, a campanha fixou muitas tropas alemãs na Noruega, limitando recursos em outras frentes. Para os Aliados, a operação representou um desastre político-militar que levou à queda de Neville Chamberlain no Reino Unido e à ascensão de Winston Churchill como primeiro-ministro. Em seguida, Hitler concentrou esforços na ofensiva contra o Ocidente. O general Von Manstein propôs um plano inovador: em vez de repetir o “plano Schlieffen” de 1914, com ataque frontal pela Bélgica, os alemães deveriam conduzir o chamado golpe de foice (*Sichelschnitt*), avançando com blindados pelas Ardenas, região considerada de difícil acesso pelos franceses. Esse movimento permitiria cercar as tropas aliadas na Bélgica e cortar seu contato com a retaguarda.

Conforme figura 1. Em 10 de maio de 1940, teve início a invasão simultânea de Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, o ataque foi marcado por inovações táticas, como o uso de paraquedistas e planadores para conquistar posições estratégicas, exemplificado pela tomada da fortaleza belga de Eben-Emael. A rápida penetração alemã pelo La Meuse, conduzida por generais como Heinz Guderian e Erwin Rommel, expôs a fragilidade francesa (BEEVOR, 2012, p. 121-233).

Figura 1: Hitler e seus oficiais após a rápida invasão alemã no território francês.



Fonte: Grupo de estudos do tempo presente, 2022.

2.4 PEARL HARBOR

Em 7 de dezembro de 1941, a Marinha Imperial Japonesa realizou um ataque surpresa contra a base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. A ação ocorreu antes mesmo de uma declaração formal de guerra por parte do Japão, o que gerou profundo impacto na opinião pública dos Estados Unidos. Quatro dias após o ataque, em 11 de dezembro de 1941, a Alemanha declarou formalmente guerra aos Estados Unidos. Essa decisão eliminou um dilema político interno enfrentado pelo presidente

Franklin D. Roosevelt, que desejava priorizar o combate ao nazismo na Europa, considerado o principal inimigo, antes de concentrar esforços no Pacífico. Para os estrategistas norte-americanos, a derrota da Alemanha implicaria, inevitavelmente, no enfraquecimento do Japão, mas o contrário não se aplicava.

Do ponto de vista legal, a Alemanha não era obrigada a intervir. O Pacto Tripartite de 1940 previa auxílio militar apenas no caso de um dos signatários ser atacado, o que não ocorreu em Pearl Harbor. Mesmo assim, Adolf Hitler, pouco afeito a compromissos diplomáticos, decidiu pela guerra. Para ele, um conflito com os Estados Unidos era natural e inevitável, ainda que o considerasse como algo distante. Sua decisão, portanto, deve ser compreendida dentro de sua visão política expansionista, marcada pelo darwinismo social e pelo ideal de supremacia de uma nação mais forte sobre as demais.

Paralelamente, os Estados Unidos já vinham demonstrando postura cada vez mais beligerante no Atlântico. Medidas como a ocupação da Islândia em 1941, o envio de material bélico ao Reino Unido e à União Soviética por meio do programa Lend-Lease, além da autorização para que navios norte-americanos disparassem contra embarcações alemãs e italianas em áreas de patrulha, evidenciavam a aproximação da entrada formal na guerra. Assim, quando ocorreu o ataque japonês, a declaração de guerra da Alemanha apenas acelerou um processo que já estava em andamento.

Do ponto de vista estratégico, Hitler acreditava que a ofensiva japonesa atrairia o poder naval norte-americano para o Pacífico, reduzindo sua presença na Europa. Contudo, esse cálculo ignorava a capacidade industrial dos Estados Unidos, cuja produção bélica quadruplicou entre 1941 e 1942. Em 1944, os norte-americanos respondiam por aproximadamente 40% de toda a produção mundial de armas, além de mobilizar milhões de soldados para as diferentes frentes.

A entrada formal dos Estados Unidos na guerra também fortaleceu sua cooperação com o Brasil. Desde 1941, acordos garantiam o fornecimento de produtos estratégicos brasileiros, como manganês, mica, quartzo e berilo, ao mesmo tempo em que eram negados ao Eixo. Além disso, a construção de bases militares no Norte e Nordeste do Brasil possibilitou não apenas a defesa do continente, mas também a

utilização dessas instalações como pontos logísticos para o envio de aviões e tropas às frentes de batalha na Europa, África e Ásia.

Assim, o ataque a Pearl Harbor, seguido da declaração de guerra alemã, marcou um ponto de virada na Segunda Guerra Mundial, transformando os Estados Unidos em protagonista decisivo junto aos aliados. (TEMPONE, 2007, p. 143-156).

2.5 OS BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi resultado de uma conjuntura complexa, marcada por pressões externas, interesses econômicos e acontecimentos dramáticos no Atlântico Sul. Até 1942, o país buscava manter uma neutralidade estratégica, oscilando entre entendimentos diplomáticos com o Eixo e aproximações com os Estados Unidos. Essa postura, contudo, sofreu uma ruptura definitiva em agosto daquele ano, quando submarinos alemães afundaram navios mercantes brasileiros, como o Baependi, provocando centenas de mortes e forte comoção nacional. Diante desse episódio, o governo declarou guerra à Alemanha e à Itália, posicionando-se oficialmente ao lado dos Aliados.

O alinhamento com os Estados Unidos foi determinante nesse processo. O território brasileiro, especialmente o Nordeste, assumiu papel estratégico como ponto de apoio logístico na travessia do Atlântico, o que levou à instalação de bases aéreas e navais em cidades como Natal, Recife e Fortaleza. Em contrapartida, o Brasil obteve investimentos norte-americanos, sendo o mais emblemático a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, que se tornaria símbolo da industrialização nacional no pós-guerra.

No plano interno, a guerra repercutiu de forma significativa no cotidiano da população. O governo Vargas promoveu a mobilização social por meio do chamado “front interno”, que combinava propaganda patriótica, vigilância contra supostos inimigos e o incentivo ao aumento da produção. Houve racionamento de alimentos, encarecimento do custo de vida e militarização das relações de trabalho, com suspensão de direitos em nome do esforço de guerra. Ao mesmo tempo, a política de “boa vizinhança” dos Estados Unidos introduziu elementos culturais estrangeiros,

difundindo valores do american way of life e ampliando a influência cultural norte-americana no Brasil.

A participação direta no campo de batalha ocorreu com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por aproximadamente 25 mil soldados enviados à Itália a partir de 1944. Apesar das dificuldades iniciais de organização e treinamento, os expedicionários integraram ao Exército Aliado e participaram de importantes combates, como nas batalhas de Monte Castelo, Montese e Fornovo. O desempenho, ainda que limitado em escala global, teve grande valor simbólico e resultou em conquistas expressivas, como a rendição de uma divisão alemã.

Conforme figura 2. O lema “a cobra vai fumar” tornou-se a marca da FEB, contrapondo-se à descrença inicial de que o Brasil teria condições de enviar tropas para o front europeu (FERRAZ, 2005, p. 6-54).

Figura 2: Soldado Pracinha Francisco de Paula segurando um cartucho de artilharia onde se lê “a cobra está fumando”



Fonte: incrível história, 2017

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O BRASIL TÊXTIL ANTES DA GUERRA 1800-1850

Durante o século XIX, o Brasil experimentou um processo de transformações econômicas que, embora menos visíveis do que as mudanças políticas ocorridas na primeira metade do século, tiveram grande impacto na estrutura produtiva do país. O período pós-independência, iniciado em 1822, marcou a consolidação de um Estado nacional, mas a revolução econômica, embora gradual, começou a abrir caminho para o desenvolvimento industrial. Diferentemente das revoluções militares e políticas que geraram mobilizações e confrontos, a transformação econômica aconteceu de forma mais silenciosa, por meio da ampliação do comércio externo, da introdução de tecnologias e da criação de pequenas indústrias, principalmente na área têxtil. Esse movimento estava alinhado a tendências internacionais: a Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos aumentava a demanda por matérias-primas e mercados consumidores, oferecendo ao Brasil a oportunidade de se inserir em uma economia mundial em expansão.

No entanto, as condições internas do Brasil apresentavam dificuldades significativas ao desenvolvimento industrial. Durante o período colonial, políticas mercantilistas restringiam o surgimento de indústrias locais. O decreto de 1785, por exemplo, limitava a produção de tecidos a materiais grosseiros, destinados apenas ao uso de escravos ou à embalagem de produtos, justificando-se pelo argumento de que a “riqueza real” vinha da produção agrícola e mineral, e não do trabalho artesanal. O predomínio da agricultura em larga escala, especialmente o cultivo de açúcar e algodão, reforçava essa lógica, concentrando terras e mão de obra escrava nas mãos de poucos proprietários. Essa estrutura limitava não apenas a criação de uma classe média produtiva capaz de consumir produtos manufaturados, mas também a formação de uma mão de obra qualificada para indústrias emergentes.

O início do século XIX trouxe mudanças significativas com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808. A abertura dos portos à navegação internacional, embora limitada por preferências comerciais a Portugal e à Inglaterra, promoveu a entrada de mercadores estrangeiros e aumentou a circulação de capitais. O crescimento do comércio internacional reforçou a dependência brasileira de mercados

externos e estimulou a exportação de produtos primários, especialmente algodão, açúcar e, mais tarde, café (STEIN, 1957, p. 1-77 tradução livre).

A produção de café, em particular, transformou o perfil da economia, consolidando grandes propriedades rurais e estimulando a importação de escravos africanos para o trabalho nas plantações. Esse cenário reforçava a lógica agrária e exportadora, dificultando a diversificação econômica e a consolidação de uma base industrial consistente. “O produto assumiu a liderança do país com mais de 40% do total das exportações, sendo que em 1840 o Brasil tornou-se o maior produtor de café, e em 1870-1880 o café passou a representar até 56% do valor das exportações” (CRISTINA, 2004, p. 5).

Mesmo com esses desafios, surgiram iniciativas de industrialização, especialmente na área têxtil. Pequenas fábricas em cidades como Rio de Janeiro e Salvador começaram a operar com tecidos de algodão, tentando substituir parcialmente os produtos importados. No entanto, a expansão industrial era lenta, prejudicada pela escassez de capital, pela dificuldade em acessar tecnologia avançada e pela concorrência desigual com produtos europeus, que eram mais baratos e tecnicamente superiores. A ausência de crédito para indústrias, em contraste com a facilidade de investimentos na agricultura ou em comércio, refletia a prioridade econômica do país, que ainda via na agricultura e no comércio as atividades mais lucrativas. Além disso, a falta de educação técnica e profissionalizadora dificultava a formação de mão de obra especializada, necessária para operar máquinas e desenvolver processos industriais mais complexos.

A análise de Stein também destaca o papel dos intermediários comerciais, os fatores, exportadores e mercadores na consolidação dessa economia agrária-exportadora. Esses atores, muitas vezes estrangeiros, controlavam o fluxo de capital e de mercadorias, garantindo que a maior parte dos lucros retornasse a investidores externos. A ausência de uma burguesia industrial nacional consolidada impediu a criação de uma rede de capital próprio voltada à indústria, dificultando o crescimento de empreendimentos manufatureiros de maior escala. O historiador observa que, mesmo quando surgiam pequenas fábricas, elas frequentemente não conseguiam resistir às crises econômicas ou à pressão da concorrência estrangeira, permanecendo isoladas e vulneráveis.

Apesar das dificuldades, o século XIX trouxe sinais de um espírito industrial emergente. Exposições nacionais, como a de 1861, e estudos de economistas brasileiros, como Sebastião Ferreira Soares, evidenciavam a consciência sobre a necessidade de desenvolver a indústria nacional para reduzir a dependência de importações e reter capital dentro do país. A introdução de tarifas de proteção, como a Alves Branco de 1844 (conjunto de impostos de importação que aumentaram as taxas sobre produtos estrangeiros, cerca de 15% para até 60%), ainda que limitada e inicialmente voltada para interesses comerciais, representou um passo na direção de proteger os nascentes setores industriais. Ao longo das décadas, a discussão sobre a importância de políticas de incentivo à indústria se intensificou, refletindo uma percepção crescente de que o desenvolvimento econômico brasileiro não poderia se limitar à exportação de produtos primários.

O historiador também enfatiza a influência do contexto internacional no desenvolvimento industrial brasileiro. A Revolução Industrial europeia e norte-americana não apenas criou demanda por matérias-primas brasileiras, como também demonstrou modelos de organização fabril e uso de tecnologia avançada. As visitas de comissários brasileiros a fábricas na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1870 e 1880 evidenciaram um esforço consciente de aprender com experiências externas. A adoção de energia hidráulica, a observação de processos têxteis e a atração de técnicos e imigrantes qualificados indicavam um movimento deliberado em direção à modernização industrial, ainda que em ritmo lento.

Finalmente, Stein mostra que, ao final do século XIX, a industrialização brasileira permanecia iniciante, mas não mais apenas uma aspiração teórica. A consolidação de pequenas indústrias de algodão e a crescente organização de empresários, como a criação da Associação Industrial em 1881, indicavam uma mudança gradual na mentalidade econômica do país. A indústria começava a se afirmar como um setor capaz de gerar emprego, aumentar o consumo interno e reduzir a dependência de produtos estrangeiros. Assim, embora a agricultura continuasse predominante e a economia brasileira ainda estivesse muito vinculada a mercados externos, as bases para uma futura industrialização estavam sendo estabelecidas. Esse processo, lento e marcado por limitações estruturais, preparou o terreno para o desenvolvimento industrial mais intenso que ocorreria no século XX, refletindo a complexa interação

entre fatores internos e externos que moldaram a economia do Brasil no período imperial (STEIN, 1957, p. 1-77 tradução livre).

3.2 ANOS DOURADOS 1900-1929

O período inicial da República, de 1890 a 1892, foi determinante para estabelecer o princípio da intervenção governamental direta no desenvolvimento industrial. Embora o governo já concedesse favores como subsídios, isenções de importação e tarifas de receita que, por vezes, funcionavam como proteção, foi em 1892 que os industriais, como um grupo coeso, solicitaram e obtiveram ajuda financeira direta. Este momento marcou o clímax de uma controvérsia ideológica entre os defensores do “deixe fazer” e os defensores do apoio estatal à iniciativa privada. A vitória dos industriais estendeu ao setor secundário um princípio de patronato governamental que, até então, era reservado à agricultura em tempos de crise. Esse caminho para a intervenção foi preparado por décadas. Stein descreve o que chama de “proteção gradual” (*creeping protection*) que beneficiou a indústria têxtil. Este protecionismo não foi fruto de um plano deliberado, mas sim o resultado de quatro fatores principais: a crescente necessidade fiscal do governo, a crise agrícola do final do século XIX, que abalou a fé dos políticos na economia agroexportadora, a pressão crescente de indústrias que começaram a se organizar na década de 1880 e a onda de medidas protecionistas na Europa e nos Estados Unidos, que minou o sistema de livre comércio.

Na década de 1880, os industriais têxteis articularam uma poderosa ideologia que associava a indústria ao progresso nacional e ao patriotismo. Argumentavam que o livre comércio, defendido pelas nações já industrializadas, era uma doutrina antipatriótica por permitir que concorrentes estrangeiros prejudicassem a manufatura doméstica. Em memoriais e através de seu jornal, *O Industrial*, eles defendiam que a independência política era uma ilusão sem a independência industrial. Citando os exemplos da Alemanha e dos Estados Unidos, viam a tarifa aduaneira como a principal arma do progresso econômico, um instrumento capaz de “moldar a vida industrial” do Brasil.

Os industriais criticavam as tarifas vigentes, como a de 1879 (reforma alfandegária que reduziu os impostos sobre produtos importados, favorecendo os

comerciantes estrangeiros e prejudicando a indústria nacional), por serem falhas e favorecerem os importadores. Um problema específico era o cálculo do imposto baseado no peso, que permitia as empresas estrangeiras exportarem tecidos mais leves e inferiores, que se qualificavam para taxas mais baixas e, por vezes, eram vendidos como se fossem produtos nacionais de má qualidade. A Exposição Industrial de 1881 foi uma arma de propaganda para promover a proteção como um "equalizador" da concorrência, não como uma proibição. Um argumento particularmente influente na época foi a iminente abolição da escravidão; os industriais posicionaram a indústria como a "nave de salvação" que absorveria a mão de obra ociosa, fortalecendo a nação. Como resultado dessa pressão, as tarifas sobre têxteis de algodão aumentaram progressivamente nos últimos anos do Império (1886, 1889) e continuaram a subir sob a República, culminando na tarifa altamente protecionista de 1900, que garantia "excelentes retornos".

O catalisador para a intervenção direta foi a crise financeira que se seguiu ao encilhamento, o boom especulativo de 1890-1891. As origens desse boom remontam ao final do Império, quando empréstimos destinados a socorrer fazendeiros descontentes com a abolição foram desviados para especulação. O novo governo republicano, ansioso por apoio político, facilitou ainda mais a especulação ao afrouxar as regras para a criação de corporações e bancos de emissão. Embora marcado por fraudes, o encilhamento teve um aspecto positivo, simbolizando uma tentativa de modernização e ruptura com o passado agrícola. Para a indústria têxtil, foi um período de grande expansão, facilitado pelo crédito fácil e pela queda da taxa de câmbio, que funcionava como uma barreira tarifária adicional.

Quando o boom estourou em 1891-1892, a taxa de câmbio despencou (de 26d por mil-réis em 1889 para 12d em 1892). Empresas têxteis que haviam encomendado máquinas no exterior enfrentaram a ruína, pois o custo de seus equipamentos dobrou. Foi nesse contexto que ocorreu a campanha "Ajuda à Indústria" de 1892. Os industriais procuraram o Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, que, embora relutante em violar a não intervenção, nomeou uma comissão para estudar o assunto.

O relatório da comissão foi um marco: recomendou a intervenção, argumentando que as circunstâncias eram "anormais" e "totalmente imprevisíveis", e que o governo tinha um "dever público" de evitar a aniquilação do capital produtivo, assim como fazia com a agricultura. A campanha de propaganda na imprensa evocava o espectro do

desemprego e da desordem. A oposição, embora vocal (como a de Luiz Tarquinio, que via a medida como um "seguro gratuito" para a má gestão), foi superada. O ponto de virada foi um boato de que banqueiros estrangeiros (Rothschild) estavam pressionando o governo contra a ajuda. Isso permitiu aos industriais enquadrarem a questão como uma luta patriótica (industriais brasileiros) contra interesses estrangeiros (importadores e banqueiros).

Crucialmente, a resposta industrial foi coordenada. Em vez de pedidos individuais, formou-se um comitê de onze membros que apresentou uma "Representação ao Congresso". Este documento ligava a indústria à "renovação social e econômica" da República e culpava a política de crédito do próprio governo pela crise, argumentando que a recusa de ajuda seria uma "deserção". Apoiados pelo Clube de Engenharia (com o qual tinham diretorias cruzadas), os industriais venceram. As leis de setembro e dezembro de 1892 autorizaram o Banco da República a emitir 100 milhões de mil-réis em cédulas para socorrer as empresas. A ajuda foi distribuída amplamente, beneficiando até mesmo empresas financeiramente sólidas. O episódio estabeleceu o precedente vital da assistência financeira direta do Estado, obtida através de pressão coletiva organizada (STEIN, 1957, p. 81-113 tradução livre).

Este fundamento permitiu a transição para os "Anos Dourados" (1900-1930), um período de prosperidade e crescimento maciço. O sucesso dessa era foi sustentado por quatro pilares sendo eles, a estabilidade política da República, o segundo grande boom do café, que, através da Convenção de Taubaté os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro estabeleceram a compra estatal do café a preços mínimos e o controle das exportações para estabilizar o mercado. Para viabilizar a medida, o Estado contraiu um empréstimo de 15 milhões de libras e criou uma Caixa de Conversão para manter o equilíbrio monetário (PINTO, 2007, online).

Isso garantiu lucros, acelerou a formação de capital, atraiu mão de obra imigrante e criou mercados urbanos (especialmente em São Paulo), a tarifa protecionista de 1900 e por fim a introdução da energia hidrelétrica, que substituiu o carvão caro. Durante esse período, a produção têxtil explodiu, passando de 20,6 milhões de metros em 1885 para 378,6 milhões em 1911 e 548,1 milhões em 1917. A indústria também amadureceu, passando da produção exclusiva de tecidos grosseiros para incluir qualidades médias e, em alguns casos, tecidos finos. Em 1920, a indústria nacional já

fornecia entre 75% e 85% do consumo interno, fechando o mercado para quase todas as importações, exceto as mais sofisticadas. O parque industrial cresceu exponencialmente: entre 1905 e 1921, o número de fábricas mais do que dobrou (110 para 242), assim como os maquinários de fiação (735 mil para 1,5 milhão) e teares (26 mil para 57 mil). Metade dos equipamentos existentes em 1945 já estava instalada em 1915, desmentindo a ideia de que a indústria "nasceu" na Primeira Guerra Mundial.

Esse crescimento, no entanto, foi marcado por uma forte concentração, tanto geográfica quanto corporativa. Geograficamente, a indústria se consolidou na região Centro-Sul (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Embora essa região tivesse 43% da população, em 1921 ela detinha 63% das fábricas, 75% dos maquinários e 68% dos trabalhadores têxteis, com São Paulo apresentando o crescimento mais rápido. Corporativamente, a indústria era dominada por poucas e grandes empresas. Em 1910, apenas onze grandes empresas (oito no Sul) detinham mais de um terço da capacidade de fiação e tecelagem do país.

A rentabilidade era extraordinária. Os lucros eram altos, muitas vezes disfarçados por dividendos em dinheiro aparentemente conservadores (10-12%), que eram pagos sobre um capital já inflado por vastos dividendos em ações.

A Primeira Guerra Mundial intensificou essa tendência. Após uma breve recessão em 1913-1914 (devido à contração do crédito internacional), os industriais novamente pediram ajuda ao governo, que respondeu com emissões de papel-moeda. Contudo, a principal consequência da guerra foi a criação de um mercado monopolista. Com as importações europeias cortadas, surgiu uma "verdadeira fome de tecidos de algodão" e os proprietários de fábricas puderam ditar os preços. A produção nacional disparou e o Brasil chegou a exportar para Argentina e Uruguai.

No pós-guerra, durante os anos 1920, a indústria continuou sua expansão, agora impulsionada pela prosperidade da valorização do café, que aumentou a demanda rural. Apesar dos avisos de sobreprodução de tecidos grosseiros, foi nessa área que a indústria mais se expandiu. Um novo fenômeno foi o surgimento de muitas pequenas fábricas no interior de São Paulo e Minas, atraídas por mão de obra barata, impostos baixos e proximidade da matéria-prima (algodão). Muitos desses novos empresários eram "amadores" fazendeiros ou comerciantes atraídos pelos lucros fáceis. Entre 1921 e 1927, o número de fábricas saltou de 242 para 354, e o valor da produção

aumentou 120% (indicando inflação de preços), enquanto a produção física cresceu apenas 8%.

Ao final do período, em 1927, a estrutura da indústria permanecia altamente concentrada. Apenas 29 das 354 fábricas detinham 62% dos maquinários de fiação e 53% dos teares. Essa estrutura dominada por grandes empresas do Sul, mas com um número crescente de pequenas fábricas no interior e uma divisão Norte-Sul preparou o terreno para os conflitos internos que marcariam a indústria na crise da década de 1930 (STEIN, 1957, p. 81-113 tradução livre).

3.3 ERA VARGAS 1930-1938

A ascensão de Getúlio Vargas em 1930 não apenas encerrou a "Velha República", mas inaugurou um período de rápidas e complexas transformações no Brasil, marcado por um movimento armado liderado por Getúlio Vargas e Góis Monteiro, iniciado em 3 de outubro de 1930, que derrubou o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, eleito nas fraudes de 1930. O levante foi resultado da crise do sistema oligárquico da Política do Café com Leite, da insatisfação de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e do fortalecimento das camadas médias urbanas e dos tenentes do Exército, que exigiam modernização política, gerando uma "confusa mistura do velho e do novo" (BEZERRA, 2014, online). Nesse cenário, a indústria têxtil algodoeira, já a principal manufatura do país, executou uma transição de poder decisiva, consolidando-se como uma força política hegemônica. A falência do último esquema de valorização do café na esteira da crise de 1929 aniquilou a influência secular dos cafeicultores, cujas propriedades foram salvas da execução apenas por um apoio financeiro de última hora do governo federal. Esse vácuo foi preenchido de forma decisiva pelos industriais do eixo Rio-São Paulo, numa "revolução despercebida" que se preparava desde a Primeira Guerra Mundial.

A aliança entre a indústria e o novo regime foi imediata e simbiótica. A ideologia do Estado Corporativo, inspirada em modelos europeus e abraçada por Vargas, era perfeitamente compatível com os anseios dos industriais. Figuras como O. P. Nogueira, oficial da associação de fabricantes de São Paulo, chegaram a traduzir as obras do teórico corporativista romeno Mihail Manoilescu, evidenciando a sintonia intelectual. O objetivo, há muito almejado, era que as decisões governamentais

fossem baseadas no "testemunho e conselho solicitado dos competentes 'órgãos de classe', termo oficial para os sindicatos industriais. Essa colaboração foi firmada pela nomeação de industriais proeminentes para postos-chave, como Manuel Guilherme da Silveira na presidência do Banco do Brasil e Jorge Street na divisão industrial do Ministério do Trabalho. Contudo, a Revolução de 1930 também deu voz a uma crescente e "vociferante classe média e trabalhadora", cujos anseios, expressos por uma nova burocracia estatal e pela imprensa, se tornariam um contraponto crítico às demandas da elite industrial. O primeiro grande pleito dos industriais foi a solução para a alegada crise de "superprodução". Um relatório paulista da época descrevia a "condição anormal da indústria, onde algumas poucas fábricas operavam a plena capacidade enquanto a maioria se mantinha aberta apenas para reter a mão de obra treinada". Após uma proposta inicial do deputado Eduardo de Lima Castro em agosto de 1930, que sugeria proibir a importação de teares e impor uma jornada de oito horas, e diante do que um industrial chamou de "beira da falência coletiva", o governo cedeu.

O Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, proibiu por três anos a importação de teares e maquinários de fiação novos para indústrias em estado de produção excessiva, condição oficialmente atribuída ao setor algodoeiro em 13 de maio de 1931.

A medida, defendida como um "respiro" para evitar "novos competidores", gerou consequências paradoxais. Muitas fábricas aumentaram a produção adotando múltiplos turnos, com jornadas de 16 a 24 horas. A proibição congelou a modernização das pequenas fábricas do interior e do Nordeste, beneficiando os grandes complexos já modernizados do Sul e criando o que um crítico comparou a "cortar a cabeça para curar uma dor de cabeça". A restrição também impulsionou uma indústria nacional de teares em São Paulo, cuja maior empresa aumentou sua produção mensal de 30 para 130 unidades entre 1930 e 1936, chegando a exportar para a Argentina. A influência política dos industriais foi solidificada pela Constituição de 1934, que, através da "representação funcional", garantiu aos empregadores uma "representação desproporcional ao seu número na população", segundo um observador americano. Figuras como Vicente de Paulo Galliez, secretário-geral da associação do Rio, foram eleitos como "deputados classistas", defendendo diretamente os interesses do setor no Congresso.

Ao final da década, a oposição à proibição crescia. A importadora Henry Rogers Sons & Co. denunciava que a medida criava um "privilegio garantido por lei" para os

grandes produtores de fios do Sul. Em 1937, o Conselho Federal do Comércio Exterior, contrariando os industriais, permitiu que a lei expirasse. A elite industrial sulista então mudou de tática, passando a defender um limite nacional para as horas de trabalho, o que levou ao clímax do conflito interno: a batalha pública com os irmãos Lundgren. Em um memorial de 1º de outubro de 1938, os Lundgren acusaram três gigantes do Sul, Confiança Industrial, Matarazzo e Crespi de um plano para esmagar a concorrência nortista. A resposta das associações do Sul foi brutal, desqualificando os Lundgren como varejistas (donos das Casas Pernambucanas) e acusando-os de "desmoralizar" o mercado. A imprensa inspirada pela associação do Rio chegou a classificar os salários pagos em Pernambuco como "sem esperança". O impasse só foi interrompido pela guerra (STEIN, 1957, p 135-164 tradução livre).

3.4 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1939-1945

O conflito global transformou a situação da indústria têxtil brasileira da noite para o dia. A indústria, que até 1939 se considerava "lamentavelmente despreparada" para competir nos mercados vizinhos, foi catapultada a uma posição de proeminência global. O Brasil tornou-se um fornecedor crucial para a América Latina, Europa e Oriente Próximo. A produção atingiu um pico histórico de 1,414 bilhão de metros em 1943, e as exportações dispararam de forma espetacular. Apenas em 1941, o país exportou 92,3 milhões de metros, mais do que o total exportado nos dez anos anteriores. Em 1943, as exportações já eram o triplo desse volume. As nações do Hemisfério Ocidental absorveram 327,8 milhões de metros durante o conflito, com Argentina e União da África do Sul respondendo por mais de 50% de todas as exportações de tecidos brasileiros entre 1941 e 1945.

Este período foi descrito como uma era de "euforia". Para atender à demanda insaciável, os industriais adotaram as práticas da década anterior em escala máxima: recrutaram massivamente trabalhadores rurais inexperientes e operaram suas fábricas, sempre que possível, 24 horas por dia. Uma pesquisa de 1945 revelou que as seções de cardagem operavam em média 14,55 horas diárias, as fiações 15,30 horas e as tecelagens 12,20 horas, números que eram certamente maiores no auge de 1943. Contudo, essa euforia tinha um lado sombrio. A busca pelo lucro imediato

suplantou qualquer preocupação com padrões de qualidade ou ética nos negócios. Um jornal do Rio publicou uma matéria devastadora intitulada "Operadores de Grande Porte com as Mangas Arregaçadas" (Big Time Operators with Their Sleeves Rolled Up). O texto denunciava a perda de prestígio internacional causada por "lucros industriais e comerciais exagerados" e pela venda de produtos de qualidade inferior.

Conforme figura 3. A matéria descrevia uma "ganância estúpida e desenfreada", onde margens de 50% a 80% não eram suficientes, e afirmava: "Nestes anos de guerra, um empresário industrial é julgado incompetente se não tiver ganho pelo menos 60% sobre seu capital investido".

Figura 3: Relação entre dividendos e bônus ao capital em dezenove fábricas de algodão brasileiras, 1943.

Mill	Capital (contos)	Dividends and bonus (contos)	Ratio (per cent)
São Pedro de Alcântara	6,600	3,060	60
São João Evangelista	9,000	4,050	45
Cotonifício Gavea	5,000	1,800	36
Industrial Campista	6,000	2,100	35
Confiança Industrial	9,000	3,150	35
Corcovado	15,000	4,125	27.5
Esperança	10,000	2,550	25.5
Maria Candida	4,500	1,125	25
Brasil Industrial	15,000	3,525	23.5
America Fabril	48,000	10,560	22
Nacional de Estamparia	50,000	10,000	20
Industrial Mineira	20,000	4,000	20
Cedro e Cachoeira	18,000	3,600	20
Deodoro Industrial	12,000	2,400	20
Industrial Itaunense	9,000	1,800	20
Petropolitana	11,900	2,352	19.7
Progresso Industrial	40,500	7,290	18
Nova America	40,000	7,200	18
Cometa	5,400	648	12

Fonte: Jornal do Comercio, 18 de novembro de 1951

Os balanços financeiros da época confirmam essa realidade de forma contundente. Em 1943, dezenove das principais tecelagens registraram uma razão média de dividendos e bônus sobre o capital integralizado de 25,2%. E diante do desabastecimento interno e da espiral inflacionária causada por essa corrida exportadora, o governo Vargas foi obrigado a intervir. Em janeiro de 1943, o Coordenador de Mobilização Econômica congelou temporariamente os preços.

Percebendo a "impossibilidade" de estabilizar os preços de todos os têxteis, o governo buscou uma solução negociada. Assim nasceu o "Convênio Têxtil" de 1943, um acordo elaborado pelas próprias associações industriais. Pelo convênio, as fábricas se comprometiam a destinar 10% de sua produção total (cerca de 100 milhões de metros anuais) para 14 itens de "tecidos populares" com preços rigidamente controlados, variando de Cr\$ 1,90 a Cr\$ 3,30 o metro (9,5 a 16,5 centavos de dólar). Em troca dessa concessão, os 90% restantes da produção ficavam livres para serem vendidos aos preços que o mercado, doméstico ou externo, pudesse pagar. A pedido do comitê têxtil do "Combined Production and Resources Board" dos Aliados, o Brasil enviou uma comissão a Washington para participar da alocação de cotas de exportação globais. Nessa reunião, o Brasil foi incumbido de fornecer 90 milhões de jardas para a UNRRA (Administração de Ajuda e Reabilitação das Nações Unidas) e, posteriormente, assinou um contrato para fornecer 60 milhões de jardas para a Missão de Abastecimento Colonial Francesa. Para gerenciar esses compromissos, o governo "mobilizou" a indústria em julho de 1944, criando a Comissão Executiva Têxtil (CETEX), um órgão misto de indústrias e governo, presidido pelo proeminente industrial Guilherme da Silveira Filho.

Apesar do sucesso aparente, as sementes da crise do pós-guerra já estavam plantadas. A qualidade dos tecidos brasileiros era criticada em mercados importantes como a União da África do Sul, onde eram considerados inferiores aos produtos britânicos e japoneses do pré-guerra. O foco absoluto no volume e no lucro imediato levou à completa negligência do reinvestimento e da modernização, um fato que teria consequências devastadoras quando a "euforia" da guerra terminasse (STEIN, 1957, p. 135-184 tradução livre).

3.5 PÓS GUERRA 1946-1970

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o setor têxtil brasileiro passou por um período de grandes desafios estruturais, especialmente em relação à modernização de seu parque industrial. A recuperação dos produtores estrangeiros e a ampliação de suas capacidades produtivas, impulsionadas por significativas inovações tecnológicas, evidenciaram a defasagem e o obsolescência dos

equipamentos utilizados no Brasil. Conforme observa Albuquerque (1982, p. 141), os produtos nacionais, em virtude dos elevados custos de produção e da baixa produtividade, não apresentavam condições de competir de forma satisfatória no mercado internacional.

Essa defasagem tecnológica derivava, sobretudo, da idade avançada das máquinas e do caráter intensivo da mão de obra empregada, o que elevava os custos à medida que se buscava maior utilização da capacidade produtiva instalada. Ainda segundo o autor, após o chamado *boom* econômico ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, seria teoricamente possível promover um processo de modernização industrial com base nos lucros acumulados durante o período de expansão. No entanto, ao invés de reinvestirem tais lucros na renovação do parque fabril, os empresários optaram por distribuí-los “em dinheiro, dividendos e bônus aos diretores das indústrias” (ALBUQUERQUE, 1982, p. 141).

A ausência de um planejamento financeiro consistente e de mecanismos de controle administrativo eficazes agravou a situação. A inflação corroeu parte dos ganhos e, conforme destaca Albuquerque (1982), “não havia qualquer controle dos custos de produção, nem qualquer preocupação com uma administração mais racional” (p. 141). Assim, ao final do período, as empresas se viram sem reservas para investir na modernização necessária do pós-guerra.

Embora a guerra tenha contribuído para o aumento da produção têxtil em praticamente todas as fábricas do país, ela também impediu transformações mais profundas na composição técnica do setor. No Nordeste, em particular, a indústria têxtil acompanhou a tendência nacional, mas sem promover mudanças significativas em suas bases produtivas. As variações na produção continuavam sendo determinadas por fatores externos, como oscilações climáticas ou crises internacionais que afetavam a demanda e a oferta de matérias-primas.

A questão central que se colocava, portanto, era: como promover a renovação e a modernização do parque industrial têxtil nacional? Enquanto o Sudeste dispunha de recursos próprios e de apoio governamental, o Nordeste enfrentava bases produtivas mais defasadas e menor capacidade de investimento. Essa disparidade acentuava as tensões entre empresários das duas regiões. Conforme relata Albuquerque (1982, p.

161-162), o debate girava em torno da “não modernização do Nordeste pelos empresários do Sudeste” e do aumento da jornada e das horas trabalhadas nas fábricas nordestinas, o que gerava conflitos de interesses entre os dois polos industriais.

Um dos casos mais emblemáticos do setor foi o dos irmãos Lundgren, que controlavam importantes fábricas em Paulista (PE) e Rio Tinto (PB), além da rede comercial das Casas Pernambucanas. Ainda que suas unidades industriais apresentassem menor produtividade por operário, essa limitação era compensada pelos lucros obtidos nas atividades comerciais. Albuquerque (1982, p. 161-162) explica que a “combinação eficiente das fábricas têxteis e de suas lojas retalhistas” permitia aos Lundgren vender toda a sua produção, mesmo com custos mais elevados e qualidade inferior em relação aos concorrentes do Sudeste.

Entretanto, reduzir o problema do atraso tecnológico nordestino ao exemplo dos Lundgren seria uma simplificação inadequada. O fenômeno tinha causas estruturais mais profundas, como defende Cano (2007), ao afirmar que a indústria têxtil brasileira operava sob condições de “competição imperfeita”. Nesse contexto, crises como sobre investimento ocorrida nos anos 1920 aceleraram a rivalidade regional e consolidaram a concentração industrial no Sudeste.

Outro fator relevante dizia respeito à matéria-prima utilizada. O fio de algodão, essencial para a produção têxtil até meados do século XX, apresentava limitações que dificultavam o aumento da velocidade e da eficiência das máquinas. O surgimento das fibras sintéticas, no final da década de 1950, representou uma ruptura importante nesse cenário. Como destaca Albuquerque (1982), foi o avanço tecnológico da indústria química que permitiu à indústria têxtil superar seu impasse histórico, uma vez que a fibra sintética, mais resistente e uniforme, estimulou a inovação no setor e elevou a produtividade das máquinas.

A introdução das fibras sintéticas, entretanto, trouxe efeitos colaterais significativos para a produção algodoeira, especialmente no Nordeste. Como o algodão de fibra longa era uma das principais matérias-primas regionais, sua demanda reduziu-se drasticamente. O próprio sucesso das fibras artificiais

comprometeu a colocação do algodão nordestino no mercado nacional, agravando os problemas econômicos regionais (CANO, 2007, p. 229-230).

Com o uso de materiais sintéticos, tornou-se possível simplificar o processo produtivo e automatizar diversas etapas da fiação e tecelagem. Contudo, a modernização tecnológica não ocorreu de forma homogênea. O avanço das inovações acentuou a coexistência de equipamentos de diferentes idades e níveis técnicos, o que manteve disparidades significativas entre as empresas. Albuquerque (1982, p. 162) observa que, “onde os salários baixos tornam as poupanças nos custos de trabalho relativamente menos importantes, favoreceu-se a manutenção de um inventário de máquinas velhas”, reforçando as desigualdades regionais especialmente no caso nordestino.

A trajetória de crescimento da indústria têxtil brasileira entre 1947 e 1962 foi interrompida pela crise econômica dos anos 1960. Tavares (1985, Cap. II) aponta que, entre 1962 e 1967, as chamadas “indústrias tradicionais” enfrentaram uma crise profunda, acompanhando a desaceleração da economia e a queda do salário real urbano. As margens de lucro reduziram-se drasticamente, enquanto a capacidade ociosa aumentava. Em resposta, algumas grandes empresas nacionais e estrangeiras passaram a adotar estratégias de maior integração vertical, buscando reduzir custos e ampliar o controle sobre suas cadeias produtivas.

Além disso, a descontinuidade histórica entre as etapas produtivas do setor têxtil permitia que empresas operassem com diferentes níveis tecnológicos, mantendo custos médios de produção distintos. Essa característica, conforme ressalta Albuquerque (1982), indica que a minimização dos custos globais não dependia exclusivamente do progresso técnico, mas também de fatores mercadológicos e estruturais. Nesse sentido, as formas de competição do setor têxtil podem ser compreendidas sob a lógica de um “oligopólio competitivo”, no qual a estrutura de mercado e a fragmentação tecnológica neutralizavam parte dos efeitos positivos das inovações (TAVARES, 1985, cap II).

Assim, conclui-se que o processo de modernização da indústria têxtil brasileira no pós-guerra não afetou de maneira uniforme os diferentes grupos empresariais. Enquanto as grandes corporações conseguiram se adaptar e manter sua

competitividade, utilizando estratégias comerciais e financeiras mais amplas, as pequenas e médias empresas enfrentaram sérias dificuldades para absorver as novas tecnologias. A necessidade de modernização tornou-se, para muitas delas, uma questão de sobrevivência. Esse cenário consolidou a desigualdade estrutural entre as regiões e reforçou a dependência do setor têxtil brasileiro em relação aos centros industriais mais desenvolvidos, particularmente o Sudeste, que soube integrar tecnologia, capital e apoio estatal em sua trajetória de expansão e modernização.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito fundamental investigar o complexo impacto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) sobre a indústria têxtil brasileira, buscando elucidar a aparente contradição entre o notável boom produtivo vivenciado pelo setor durante o conflito e sua subsequente incapacidade de sustentar uma posição de competitividade internacional no período pós-guerra. A questão central que guiou esta pesquisa foi compreender os fatores subjacentes a essa transição, que levou de um cenário de prosperidade e protagonismo exportador a um de declínio relativo e desafios estruturais significativos para a indústria têxtil nacional. A análise aprofundada dos períodos históricos que antecederam, perpassaram e sucederam o conflito bélico internacional forneceu as bases para uma compreensão mais matizada das dinâmicas que moldaram um dos setores mais tradicionais e relevantes para a industrialização brasileira.

A investigação revelou uma trajetória da indústria têxtil brasileira que pode ser didaticamente segmentada em cinco períodos distintos, cada qual com suas características e desafios particulares. O primeiro, de 1800 a 1850, caracterizou-se por uma fase de fragilidade inicial, onde as primeiras tentativas de industrialização têxtil enfrentaram obstáculos como a concorrência externa, a escassez de capital e tecnologia, e a ausência de um mercado interno consolidado, apesar de algumas medidas protecionistas como a Tarifa Alves Branco. Seguiu-se o período entre 1900 e 1929, marcado por uma notável expansão acelerada, impulsionada pela nascente política industrial brasileira e pela energia hidrelétrica, que permitiu um crescimento expressivo da produção e a consolidação de polos têxteis, especialmente na região Centro-Sul do país, beneficiados por um protecionismo crescente e, de forma inicial, pela interrupção do comércio global devido à Primeira Guerra Mundial. A Era Vargas, de 1930 a 1938, representou uma fase de consolidação para o setor, com o Estado desempenhando um papel ativo na industrialização e promovendo a aliança entre o governo e o empresariado, com políticas que, embora por vezes restritivas à importação de máquinas, visavam fortalecer a produção nacional. O ápice dessa trajetória se deu entre 1939 e 1945, período da Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil se tornou um fornecedor crucial para mercados da América Latina, Europa e Oriente Próximo, com a produção atingindo seu pico em 1943. No entanto, este

crescimento vertiginoso foi, em grande parte, superficial, resultado da ausência de concorrência internacional e de uma demanda global aquecida, o que incentivou os empresários a priorizarem lucros imediatos e a expansão da capacidade produtiva existente, em detrimento do reinvestimento em modernização tecnológica e da melhoria da qualidade dos produtos. Essa postura, embora lucrativa no curto prazo, resultou na manutenção de uma estrutura industrial defasada e pouco competitiva. Finalmente, o período de 1946 a 1970 testemunhou o declínio competitivo da indústria têxtil brasileira, que, uma vez restabelecida a concorrência internacional e a modernização de outros parques industriais, viu-se incapaz de competir, evidenciando as profundas fragilidades estruturais acumuladas.

A hipótese que norteou esta pesquisa, de que o boom experimentado pela indústria têxtil brasileira durante a Segunda Guerra Mundial mascarou problemas estruturais fundamentais que viriam a comprometer sua competitividade no pós-guerra, foi plenamente confirmada pelos resultados obtidos. A análise demonstrou cabalmente que a prosperidade momentânea não se traduziu em um fortalecimento orgânico do setor. A ausência de reinvestimento significativo em tecnologia de ponta, a manutenção de elevados custos de produção, a persistente baixa produtividade e uma excessiva dependência de políticas protecionistas, que desincentivavam a inovação e a busca por eficiência, foram os pilares da não-competitividade internacional do setor após 1946. O cenário da guerra, ao eliminar temporariamente a concorrência externa, permitiu que a indústria operasse em um mercado cativo, vendendo produtos sem a necessidade de grande investimento em qualidade ou eficiência, uma estratégia que se revelou insustentável no longo prazo. O trabalho responde, portanto, de forma conclusiva, à questão central, ao detalhar as razões pelas quais um setor que parecia estar em ascensão durante o conflito não conseguiu sustentar sua posição, revelando as consequências de uma industrialização por substituição de importações que, naquele momento, não foi acompanhada de um planejamento estratégico de longo prazo focado em inovação e competitividade.

Este estudo oferece contribuições significativas tanto para o campo acadêmico quanto para a compreensão de fenômenos sociais e econômicos mais amplos. Academicamente, ele aprofunda a compreensão de como crises externas globais, embora possam inicialmente impulsionar determinados setores econômicos em países em desenvolvimento, também podem criar uma ilusão de desenvolvimento e

prosperidade, sem necessariamente abordar e resolver problemas estruturais subjacentes. A pesquisa reforça a importância crítica do reinvestimento tecnológico contínuo e da inovação como pilares indispensáveis para a sustentabilidade e a competitividade industrial a longo prazo, uma lição que transcende o período estudado. Adicionalmente, o trabalho ilumina o papel multifacetado das políticas governamentais no processo de industrialização brasileira, demonstrando como intervenções estatais, embora bem-intencionadas, podem ter efeitos ambivalentes, promovendo o crescimento no curto prazo, mas negligenciando a modernização essencial para a resiliência em um cenário global. A análise também enriquece a historiografia econômica ao detalhar como as disparidades regionais, especialmente entre o dinâmico Sudeste e o menos desenvolvido Nordeste, foram tanto reflexo quanto resultado das políticas e dinâmicas industriais do período. Em um contexto mais amplo, as lições extraídas podem informar o debate contemporâneo sobre políticas industriais e de desenvolvimento, ressaltando que o sucesso em momentos de crise deve ser capitalizado com visão de futuro, e não apenas com foco no lucro imediato, para garantir um crescimento robusto e adaptável às mudanças do cenário global.

É importante reconhecer as limitações inerentes a esta pesquisa, que, por sua natureza de macro-análise histórica, concentrou-se em uma visão panorâmica das transformações do setor. Embora essa abordagem tenha sido crucial para traçar as grandes linhas de força e as tendências gerais, ela pode não ter permitido uma exploração tão aprofundada de nuances e particularidades regionais ou setoriais. Nesse sentido, abrem-se diversas frentes para futuras investigações. Sugere-se, por exemplo, a realização de estudos de caso detalhados de empresas têxteis específicas da época, o que permitiria uma compreensão mais granular das estratégias empresariais, dos desafios tecnológicos e das decisões de investimento que foram tomadas ou negligenciadas. Outra linha de pesquisa promissora seria uma investigação aprofundada das relações trabalhistas, das condições de trabalho e do papel social das mulheres na indústria têxtil brasileira durante o período, que, embora brevemente mencionado, é um campo rico para a história social e de gênero. A transição e o impacto da introdução das fibras sintéticas, que marcam o final do período estudado, poderiam ser examinados com maior detalhe, analisando sua influência na cadeia de valor, na tecnologia de produção e nas preferências dos

consumidores. Além disso, uma abordagem comparativa com a experiência de outros países latino-americanos ou em desenvolvimento que enfrentaram contextos semelhantes de industrialização durante e após a Segunda Guerra Mundial poderia oferecer insights valiosos sobre padrões e desvios. Finalmente, a aplicação das lições históricas extraídas deste trabalho na análise das políticas industriais contemporâneas, especialmente no que tange à resiliência de setores estratégicos e à promoção da inovação em um mundo globalizado, representa um campo fértil para pesquisas futuras que busquem conectar o passado ao presente e informar o futuro do desenvolvimento industrial brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rui H. L. P. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo: Hucitec; CNPq, 1982.

BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

BEZERRA, Juliana. **Revolução de 1930**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-de-1930/>. Acesso em: 23 out. 2025.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

CRISTINA, Lisiane. **O café e sua contribuição para a industrialização brasileira**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/75051/LISIANE-CRISTINA-MAZUR.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 23 out. 2025.

FERRAZ, Francisco. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2014.

PINTO, Tales dos Santos. **Convênio de Taubaté e a política de valorização do café**. Brasil Escola, 2007. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/convenio-taubate.htm>. Acesso em: 23 out. 2025.

STEIN, Stanley J. **The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.

TEMPONE, Victor. **O Brasil vai à guerra: A inserção brasileira em um conflito global**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/13125>. Acesso em: 19 set. 2025.